



SENADO FEDERAL

Gabinete do senador ANTONIO CARLOS VALADARES

PARECER Nº , DE 2007

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (Projeto de Lei nº 3.055, de 2000, na origem), que altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.

Relator: Senador **Antônio Carlos Valadares**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 35, de 2003, altera dispositivo da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, (Lei de Direitos Autorais) para incluir os dubladores na categoria de “artistas intérpretes e executantes” e garantir seus direitos autorais.

Na Casa de origem, o PLC nº 35, de 2003, foi aprovado por unanimidade pelas Comissões de Educação, Cultura e Desporto e de Constituição e Justiça e de Redação.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, por força do Requerimento nº 1, de 2007, deverá ser apreciada previamente pela Comissão de Educação.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

**SENADO FEDERAL**

Gabinete do senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Quanto ao mérito, a matéria inclui expressamente a atividade de dublador entre as categorias que se classificam como artistas intérpretes ou executantes, listadas no inciso XIII do art. 5º, da Lei de Direitos Autorais; inclui a dublagem entre as obras intelectuais protegidas e confere direitos de autor ao dublador.

Em sua justificação, o autor alega que, apesar de reconhecer que aquela lei já inclui *implicitamente* os dubladores como artistas intérpretes ou executantes, a alusão expressa da atividade garante de forma inequívoca a titularidade de direitos autorais aos profissionais da dublagem.

Com efeito, o art. 90 da lei citada, assegura aos artistas intérpretes ou executantes uma série de direitos autorais, tais como: autorizar ou proibir a fixação de suas interpretações ou execuções; a reprodução, a execução pública e a locação das suas interpretações ou execuções fixadas; a radiodifusão das suas interpretações ou execuções, fixadas ou não; a colocação à disposição do público de suas interpretações ou execuções, de maneira que qualquer pessoa a elas possa ter acesso, no tempo e no lugar que individualmente escolherem; e qualquer outra modalidade de utilização de suas interpretações ou execuções.

Assim, a inclusão expressa dos dubladores como artistas intérpretes ou executantes, como prevê o projeto de lei em tela, realmente permitirá aos profissionais da área se apoiarem na letra da lei para reivindicarem, de forma inequívoca, os direitos que lhes são assegurados.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2003.

Sala da Comissão, em 08 de maio de 2007